

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

3  
4 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e onze realizou-se a Centésima Quadragésima  
5 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua  
6 Carlos Chagas, nº. 55 – 11º andar – sala 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas, com  
7 a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Jussara Rosa Cony**, Secretária de Estado do Meio  
8 Ambiente e Presidente do CONSEMA; **Sr. Itabajara Vaz**, representante do Centro de  
9 Biotecnologia do Estado; **Sr. Torvaldo Marzolla**, representante da FIERGS; **Sr. Ludwig**  
10 **Buckup**, representante do IGRE; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Marcos**  
11 **Calvete**, representante da FEPAM; **Sr. Paulo Brack**, representante do INGÀ; **Sr. Rogério**  
12 **Fialho**, representante da SEPLAG; **Sr. Paulo José Gallas**, representante da SCIT; **Sr.**  
13 **Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Sra. Andréa F. Enzweiler**, representante da  
14 FAMURS; **Sr. Paulino Olívio Donatti**, representante da FETAG; **Sra. Ana Lucia Cruz**,  
15 representante da SINDIAGUA; **Sra. Lisiane Becker**, representante da MIRA-SERRA; **Sr. Joarez**  
16 **Venco**, representante da FECOMÉRCIO; **Sra. Mariana Bonelli**, representante da SDPI; **Sr.**  
17 **Alberto Nierderauer Becker**, representante da SSP; **Sr. Sergio Roberto S. Nequa**,  
18 representante da SEINFRA; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do Comitê de BH; **Sr.**  
19 **Francisco Milanez**, representante da AGAPAN; **Sr. José Homero Finamor Pinto**,  
20 representante do CREA; Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Carlos Fernando  
21 Niedersberg e Natalia Machado Back representantes da FEPAM. Encontravam-se presentes ainda  
22 os senhores (as): Luiz Vilson da Costa, da prefeitura de Formigueiro; Marcos Luciano Markendorf,  
23 prefeitura de Salto do Jacuí; Algeu, prefeitura de Salto do Jacuí; Laurie Cunha, da SEPLAG; Tiago  
24 J. Pereira Neto, da FIERGS; Alexandre Scheifler, da FETAG; Káthia Vasconcellos, da Mira Serra;  
25 Diego Carrillo, da FEPAM; Niro Afonso Pieper; Rafael A. Eckea, do SIGA/SEMA; Depois de  
26 verificada a existência de quorum a Senhora presidente deu início a reunião. **Sra. Jussara Cony**:  
27 boa tarde a todos, apesar da Assembléia Legislativa, os taquígrafos não terem chegado, está  
28 havendo um telefonema para saber o porque do atraso, nós estamos um gravador aqui nós  
29 vamos iniciar a reunião, porque nós temos uma estanca pauta e nós vamos nos atrasar muito e  
30 para não ter o esvaziamento do Conselho. Eu gostaria de, é fora da pauta, nós recebemos  
31 **ininteligível**, mas eu gostaria de iniciar anunciando a todos os conselheiros de que foi publicado a  
32 portaria do governador do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições tendo em  
33 vista o expediente encaminhado, exonera e nomeia para exercer as funções de membros do  
34 Conselho Estadual de Meio Ambiente, CONSEMA, representando as entidades ambientais, então  
35 exonerada: a entidade Biofilia e nomeada a Associação Sócia Ambientalista: IGRE, com o titular:  
36 Ludwig Buckup e como suplente a senhora Ilsi Lob Boldrini, então eu gostaria de fazer uma posse  
37 simbólica aqui neste momento do professor Buckup, dando as boas-vindas a este Conselho e  
38 dizendo da importância dessa representação. Seguiu todo o trâmite normal, a partir do dia em  
39 que a APEDEMA solicitou. Alguns pretendo atraso de que possa pensar em atraso para isso  
40 ocorrer era em função de nós não tínhamos a vaga, não é? Os senhores se lembram, né? Não  
41 havia ata de várias reuniões deste Conselho e que a partir desse momento que se colocaram as  
42 atas em dia e que a Assembléia veio nos deu a possibilidade de não atrasar determinadas  
43 questões que necessitavam, inclusive para mandar para o governo, do acompanhamento das  
44 atas. Então aqui estão várias atas que tratam do assunto, e finalmente o governador pode fazer  
45 essa designação de exonerar e nomear por indicação da entidade e saiu a publicação no diário  
46 oficial no dia 22 de setembro de 2011. Então está nomeado, mais que nomeado aceito por este  
47 Conselho a contribuição do IGRE através do professor Buckup (palmas). Agora entramos na nossa  
48 pauta e nós iniciariamos com um rápido relato do secretário executivo sobre o envio e

49 recebimento de materiais. Primeiro vamos fazer a aprovação da ata 142 da reunião ordinária do  
50 nosso Conselho, que foi encaminhada a todos e se houver alguma manifestação para adição ou  
51 retirada dessa ata, a palavra está a disposição: por favor conselheiro. **Sr. Paulo Brack:** Na  
52 minha fala, Paulo Brack do Ingá, na minha fala ficaram duas palavrinhas que ficou como  
53 ininteligível, não sei como eu poderia passar, fala uma parte da vegetação de dunas eu falo em  
54 manejo de dunas que...são duas palavras na verdade, na linha 353 "existe também áreas de  
55 conservação, pelos mapas, das áreas prioritárias da mata atlântica. Então é áreas prioritárias, na  
56 linha 353. E a outra é na linha 368: **manejo de dunas**. Então o chamado ininteligível ali é manejo  
57 de dunas, é isso. **Sra. Jussara Cony:** está gravado, ele citou as linhas, né? São questões que  
58 estavam ininteligíveis que ele está colocando as palavras corretas que ele falou, é isso, certo?  
59 Assim encaminhando, vamos encaminhar para a votação para aprovação da ta. Quem aprova a  
60 ata, com as modificações, nem é modificação é complementação do conselheiro Paulo Brack, por  
61 favor. Alguma discordância? Abstencões? Então aprovada a ata com as adições. Agora, então, nós  
62 gostaríamos que o secretário executivo fizesse um rápido relatório sobre o envio e recebimento  
63 de materiais, certo? **Sr. Rafael Simões:** boa tarde, conselheiro e conselheira desse conselho.  
64 Bem-vindos aqui no nosso auditório, no prédio da secretaria. Na ultima reunião nós nos  
65 comprometemos aqui a passar algumas informações em relação ao recebimento de materiais das  
66 ultimas reuniões, bem como novamente atualizar aí os cadastros, dos emails, haja vista que  
67 alguns emails da convocação passada havia voltado por diversos motivos dentre esses motivos a  
68 questão de caixa de email cheia etc., e eu me lembro que alguns conselheiros, inclusive,  
69 manifestaram que não haviam recebido, dessa maneira a gente fez ali uma pesquisa rápida  
70 porque tem esses dados marcados e queria só colocar que a gente, das ultimas reuniões, e  
71 deixar a disposição esses arquivos a disposição para quem quiser dar uma olhada ou receber das  
72 ultimas reuniões de agosto para cá e os arquivos que foram enviados para suas entidades que os  
73 senhores e senhoras representam e para seus emails, inclusive, conseguimos verificar que todos  
74 os conselheiros haviam recebido os documentos que deveriam ser apreciado na reunião passada,  
75 com exceção de uma entidade que pelo processo que estava em andamento de ser empossado,  
76 etc., que a gente não havia incluído na nossa lista, que foi corrigido, de maneira que isso acaba  
77 sendo uma pratica boa que a gente vai superando e qualificando o nosso trabalho. Então eu  
78 queria deixar a disposição esses arquivos, bem como o envio dos arquivos da reunião passada,  
79 aliás, dessa reunião, desculpe, que nós estamos trabalhando além, inclusive tinha sido grifado  
80 pelo conselheiro da FARSUL, a gente já tinha adotado a metodologia de além de enviar o email a  
81 gente ligar para as pessoas para avisar, convidar e confirmar recebimento. A gente fez também  
82 por email que a gente recebesse quando a pessoa abrisse a email de maneira que a gente tem  
83 esse relatório, quem abre, e aqueles que a gente não recebe a confirmação de abertura, a gente  
84 dá uma ligada para avisar e verificar. Se não fosse isso, vocês todos devem ter assinado aqui uma  
85 confirmação de seus dados, das entidades, emails funcionais, se desejassem nos divulgar o email  
86 pessoal, às vezes os emails funcionais tem um tamanho restrito, limitado, então a gente anotou,  
87 vocês deram as suas rubricas e a gente tem essa confirmação, e vai ser feito a medida que a  
88 gente tenha todas as confirmações, quanto dos suplentes quanto dos titulares aí representantes  
89 das entidades, inclusive esse relatório do recebimento pode ajudar os conselheiros que podem  
90 ratificar que foi para sua entidade e não conseguiu receber o arquivo para poder corrigir. Então  
91 agente espera com isso que ajude, qualifique a nossa troca de informações tão necessárias para o  
92 debate de idéias e se coloca a disposição de passar esses arquivos e documentos e poder com  
93 ajuda aqui de todos qualificando, melhorando o nosso sistema de informações. **Sra. Jussara**  
94 **Cony:** obrigada, Rafael. Vamos agora para o nosso **segundo ponto de pauta nossas**  
95 **comunicações: A Sociedade de Engenharia substitui seus representantes junto a CTP**  
96 **Resíduos Sólidos: Sra. Viviane Todeschini substitui a Sra. Karla Maria Cypriano Pieper**

97 **na Titularidade e o Sr. LEANDRO ÁVILA substitui a Sra. Viviane Aparecida Todeschini**  
98 **na Suplência.** A senhora Viviane e o senhor Leandro estão presentes? Ainda não. Ah! Desculpe,  
99 é na CTP. O Corpo Técnico do DEFAP substitui seus representantes junto a CTP Biodiversidade e  
100 Política Florestal: Sr. **FABRICIO RIBEIRO AZOLIN** substitui a Sra. Ana Cristina Tomazzoni na  
101 Titularidade e o Sr. LUCIANO CARLOS SCHUTZ GARSKE substitui a Sra. Paola Prates Stumpf na  
102 Suplência. A FEPAM será representada pelo Sr. MARCOS CALVETE, a na presente reunião.  
103 JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS: Sr. **Carlos Fernando Niedersberg** e **Natalia Machado Back**  
104 representantes da FEPAM. **A Secretaria Executiva do CONSEMA encaminha a CTP de**  
105 **Controle e Qualidade expediente 5350-0500/11-9 para análise, discussão e**  
106 **elaboração de minuta de resolução, para definir critérios para a Aplicação de Efluentes**  
107 **Industriais tratados em Solo Agrícola.** Tanto essa quanto a próxima, haverá um informe do  
108 secretário executivo. E o segundo é: **A Secretaria Executiva do CONSEMA encaminha a**  
109 **CTP de Recursos Administrativos o expediente 10390-0567/02-4 auto de infração:**  
110 **Luis Castagnetti para análise e parecer quando a possibilidade de recurso do autuado.**  
111 Com a palavra o secretário executivo. **Sr. Rafael Simões:** a gente trouxe aqui para dar  
112 encaminhamento, para ficar registrado passando os expedientes para as referidas câmaras  
113 técnicas permanentes, cujo expediente 5350-0500/11-9 ele trata da instalação e operação de  
114 açude em área de preservação permanente, foi dado, em 2002 e aí pelas resoluções que nós  
115 temos o pessoal está recursando aqui para o Conselho, então a gente está passando expediente  
116 para a câmara técnica permanente de recursos administrativo. E o expediente vindo aqui da  
117 FEPAM através do diretor presidente, conselheiro aqui do consema, passando a assunto para a  
118 câmara de controle e qualidade para definir critérios para a Aplicação de Efluentes Industriais  
119 tratados em Solo Agrícola. Então está registrado aqui, à disposição dos senhores, qualquer  
120 dúvida, e a gente vai repassar esses expedientes para encaminhamento das câmaras técnicas  
121 referidas. **Sra. Jussara Cony:** obrigada. **Terceiro ponto: Conflito de competência.**  
122 **Município de Sinimbu (processo 3237-0500/10-3).** É eu passei para o item três sem a  
123 aprovação da ordem do dia, desculpem. **Sra. Lisiane Becker (manifestação fora do**  
124 **microfone):** gostaria de saber por que não foi lido o Ofício 072? Eu já pedi para ler na última  
125 reunião, e novamente não foi lido. **Sr. Rafael Simões:** é que assim, a gente deu os  
126 encaminhamentos, nós pegamos o ofício e nos repassamos, oi? Nós pegamos o ofício 072 a gente  
127 até deu uma verificada e preparamos um relatório para onde nós encaminhamos, para cada  
128 setor. Não havia entido que tu gostaria que fosse lido e passado aqui pelo CONSEMA. **Sra.**  
129 **Lisiane Becker (manifestação fora do microfone):** estou varias vezes pedindo  
130 encaminhamento disso e **Sr. Rafael Simões:** está certo. No meu entendimento era para que  
131 fosse dado encaminhamento na secretaria para que pudesse **Sra. Lisiane Becker**  
132 **(manifestação fora do microfone):** encaminhei para que fosse encaminhado aqui e aí teve  
133 transferência de reunião, na outra **Sra. Jussara Cony:** vai ter que falar no microfone senão não  
134 vai ficar tua intervenção. Faça o pedido de novo por inteiro. **Sra. Lisiane Becker:** Lisiane, Mira  
135 Serra. Na reunião passada eu tinha pedido novamente para ser apresentado o ofício 072 que a  
136 Mira Serra encaminhou com vários questionamentos, já foram feitos, inclusive, aqui no plenário, e  
137 aí agora eu coloquei alguns outros por escrito, por isso eu queria que tivesse constado em ata,  
138 que esse documento foi encaminhado com as questões que estão sendo levantadas para esta ata  
139 que não foi falada aqui, que conste na ata, anexado esse ofício **Sr. Rafael Simões:** mas não que  
140 seja apresentado aqui? **Sra. Lisiane Becker:** não precisa apresentar só constar na ata. **Sra.**  
141 **Jussara Cony:** está sendo encaminhado, está entendido a solicitação. A conselheira quer que  
142 conste em ata o encaminhamento do ofício, é isso? Quer que leio o ofício, é isso? Seja transcrito  
143 em ata, é isso? – primeiro eu vou colocar em votação a ordem do dia, então está em votação,  
144 quem está de acordo, por favor, se manifeste. Alguém contra? Alguém se abstém? “o pessoal

145 está chegando, quando vocês se instalarem, por favor, nos avisem". Se registre então em ata a  
146 solicitação da conselheira, já reincidente, que se conste que novamente está solicitando, que  
147 conste em ata o ofício 72/2011. Anexo ou transcrição? Transcrição, né? *Of. MIRASERRA nº*  
148 *072/2011 Porto Alegre, 12 de setembro de 2011. À Ilma. Sra. Jussara Cony M.D. Presidente do*  
149 *CONSEMA-RS Prezada Presidente, Considerando assuntos afetos à discussões em plenária do*  
150 *CONSEMA-RS, solicitamos considerar o que segue: - em relação às ações admonitórias: a CTP AS*  
151 *encaminhou ofício a esta CTP GCEM, solicitando dados específicos para compor o documento. A*  
152 *CTP GCEM resolveu, então, criar um Grupo de Trabalho (reunião de 08/09/2011) de modo a*  
153 *concluir o processo rapidamente, visto já estarmos com cinco municípios pendentes de conclusão;*  
154 *- resolução nº102 e posteriores: na reunião da CTP GCEM, realizada em 08/09/2011, duas*  
155 *situações foram encaminhadas. A primeira, relativa à atividades e empreendimentos de*  
156 *competência estadual que estavam sendo repassadas aos municípios qualificados, sem constar na*  
157 *Resolução nº 102/2005 (e posteriores), foi esclarecido que constituiu erro interno/FEPAM e que*  
158 *foi publicada pequena nota na imprensa alertando para o fato. No entanto, é necessário que a*  
159 *FAMURS seja informada oficialmente, de modo a reverter o problema gerado naqueles municípios*  
160 *que seguiram a orientação equivocada. A segunda situação, pede agilização do processo nº*  
161 *004590-05.67/10-4, de unificação das Resoluções e inserção de novas para a competência*  
162 *municipal, para que se proceda a adequada tramitação nas Câmaras Técnicas pertinentes; -*  
163 *condomínios de luxo em Unidades de Conservação Estaduais, ou na zona de amortecimento*  
164 *destas, na região metropolitana, com ênfase no empreendimento "Ponta da Figueira": a*  
165 *MIRASERRA esteve reunida com o Chefe de Gabinete/SEMA, sem avançar na matéria. Deste*  
166 *modo, reiteramos a solicitação de apresentação do assunto como ponto de pauta, na reunião de*  
167 *outubro. Além disto, é de suma importância divulgar as poligonais do Parque Estadual e da APA*  
168 *Delta do Jacuí, para que os municípios com território nelas inseridos possam licenciar as*  
169 *atividades/empreendimentos de impacto local com o devido encaminhamento. Do contrário,*  
170 *municípios inseridos na zona de amortecimento do parque Estadual terão que enviar TODOS os*  
171 *processos de licenciamento ambiental de impacto local para a anuência do DUC; - Frequência dos*  
172 *conselheiros: é uma prática do CONSEMA dar ciência da assiduidade de seus membros nas CTPs*  
173 *e nas plenárias. Neste contexto, solicitamos que a secretaria-executiva do CONSEMA divulgue os*  
174 *quadros de presença dos conselheiros relativos ao primeiro semestre/2011; - Resolução*  
175 *CONSEMA nº 167/2007: destacamos que o artigo 5º não está sendo cumprido e que urge a sua*  
176 *implementação, notadamente na informação sobre o cumprimento das metas estabelecidas nos*  
177 *Programas e Projetos dos planos ambientais municipais. Salientamos, que este item se tornaria*  
178 *uma ferramenta essencial para o monitoramento da qualificação municipal, indo ao encontro da*  
179 *demanda manifestada pelo plenário em tantas reuniões. Sendo o que tínhamos para o momento,*  
180 *subscrevemo-nos, Atenciosamente Lisiane Becker coordenadora-presidente. Então vamos*  
181 *continuar a nossa pauta, nossa ordem do dia: **Conflito de competência. Município de***  
182 **Sinimbu (processo 3237-0500/10-3),** eu solicito ao setor jurídico, Dr. Thiago Krebs que  
183 proceda a informação. **Sr. Thiago Krebs:** Thiago Krebs, presidente da câmara técnica de  
184 assuntos jurídicos. Na verdade eu volto aqui pela terceira vez para apresentar esse processo de  
185 Sinimbu, por duas vezes não havia quorum suficiente para deliberar. Trata na verdade de um  
186 caso que ocorreu no município de Sinimbu, onde houve um licenciamento por parte da FEPAM, no  
187 qual dentro deste licenciamento houve licenciamento do bota-fora do empreendimento.  
188 Entretanto, mesmo já havendo licenciamento pela FEPAM o empreendedor requereu  
189 licenciamento frente ao município de Sinimbu também, da questão do Bota-fora o que acabou  
190 sendo realizado o licenciamento por parte da prefeitura que tinha documentação que dava ciência  
191 **ininteligível** da FEPAM para fins de fazer bota-fora em localidade diversa com supressão de  
192 vegetação em **muda corte**. Foi encaminhado a câmara jurídica par avaliar o caso que era

193 competência do município ou não o licenciamento. A câmara técnica de assuntos jurídicos  
194 entendeu que o bota-fora fazia parte do processo de licenciamento e o correto é que de fato este  
195 tipo de licenciamento seja feito pela FEPAM que o acompanhante do licenciamento principal.  
196 Razão pela qual o licenciamento realizado pelo município não tem validade legal, então  
197 entendemos que não chega a haver um conflito de competência e sim que não há competência  
198 alguma ao município para fazer esse tipo de processo de licenciamento. Encaminhamos então  
199 uma proposta de deliberação através de uma requisição ao Plenário para que se promova uma  
200 moção admonitória ao município pelo licenciamento equivocado feito, obrigado. **Sra. Jussara**  
201 **Cony**: há compreensão de todos no encaminhamento do Dr. Thiago? Podemos votar? Alguma  
202 manifestação? **Sr. Thiago Krebs**: na verdade esse processo, a relatoria dele ocorreu pelo Dr.  
203 Marcelo Mosmann da entidade INGÃ, que havia feito como proposta de deliberação: dessa feita  
204 conclui-se: a) requerer da secretaria do meio ambiente – SEMA – o encaminhamento de peças  
205 informativas à PGE visando a adoção de medidas cabíveis para a apuração da responsabilidade  
206 civil pelo dano causado e apuração dos atos de improbidade administrativa praticados contra o  
207 interesse do órgão ambiental estadual e o meio ambiente (a caso a sema constate que estas  
208 medidas não tenham sido adotadas pelo Ministério Público Estadual); este ponto A teve um  
209 parecer feito pela doutora Luisa, a representante da FIERGS ela fez um contraponto e ela foi  
210 colocada em deliberação de que a SEMA já teria ciência por fazer parte deste conselho do caso  
211 que ocorre e teria liberdade se quisesse ou não deliberar este caso. Bom então foi pautado que a  
212 secretaria já teria ciência e não seria a cargo do CONSEMA para que fosse pautado à secretaria;  
213 na verdade eu informei a câmara técnica de que de fato a secretaria tinha ciência através numa  
214 autuação tinha sido feito pelo DEFAP e que o DEFAP estava providenciando, inclusive na última  
215 reunião que não tivemos quorum, o representante do DEFAP, senhor João Paulo Steigleder, disse  
216 que já teriam alguns encaminhamentos que o órgão da secretaria estava fazendo. Em virtude da  
217 ciência da secretaria e que a opção que tinha sido pautado era a informação a secretaria e  
218 solicitação que se possível fizesse, o Dr. Marcelo entendeu que já estava certificada a secretária,  
219 então ele aceitou a deliberação de retirada do ponto A. O ponto B solicitado: a expedição de  
220 moção admonitória ao município de Sinimbu, que permanece e foi apresentado aqui; e a revisão  
221 da Resolução 167/07 foi também retirado do pedido uma vez que já estava sendo discutido  
222 alguns pontos relativos a isso na questão da fiscalização da 102, 111, 110 do processo de  
223 municipalização então foi decidido que este tema já estaria sendo visto em outros processos. **Sra.**  
224 **Jussara Cony**: está esclarecido, Paulo Brack? Plenário todo esclarecido? Então nos resta  
225 encaminhar a votação o encaminhamento feito de uma proposta de deliberação: que o plenário  
226 aprove uma moção admonitória ao município de Sinimbu. Quem concorda, por favor, se  
227 manifeste. Alguma discordância? Abstenção? 1 abstenção. **Aprovado com uma abstenção.**  
228 Item 4) Minuta de Resolução da Câmara Técnica Permanente de Recursos Atmosféricos que trata  
229 sobre "*Limites Máximos de Emissão para Poluentes Atmosféricos Gerados por Fontes Novas Fixas*  
230 *– Processos de Combustão que Utilizam Carvão Mineral para Geração de Calor Industrial, Vapor*  
231 *de Processo e/ou de Energia Elétrica*" e parecer da Câmara Técnica Permanente de Assuntos  
232 Jurídicos sobre o mesmo tema. A apresentação será feita pelo conselheiro Fernando Hartmann,  
233 com a palavra conselheiro. **Sr. Fernando Hartmann**: uma questão de ordem; não seria primeiro  
234 a parte jurídica? **Sra. Jussara Cony**: a pergunta Thiago, do conselheiro, se não seria primeiro a  
235 parte jurídica? Pensei que vocês tinham se organizado nesse sentido por isso eu chamei Fernando  
236 Hartmann **Sr. Thiago Krebs**: na verdade eu não tenho ciência do parecer dado pela câmara  
237 técnica jurídica, eu não fazia parte desta câmara nem a presidia na época e só soube que era  
238 pauta o parecer jurídico de foi dado através da presidência da gestão passada hoje, então não  
239 teria condição alguma de poder apresentar essa questão jurídica porque eu não participei dos  
240 debates. **Sr. Rafael Simões**: por parte da secretaria executiva, nós comunicamos: tanto o

241 presidente que é responsável pela minuta de resolução, quanto o participante que produziu o  
242 relatório, nós tivemos um retorno do Fernando Hartmann, dito isso, se alguém tiver condições,  
243 ele está livre a gente já trouxe para cá e aí se o conselheiro Eduardo Stumpf se propõe a fazer a  
244 apresentação a gente pode começar, por solicitação do presidente da câmara técnica, com a  
245 apresentação do conselheiro Eduardo Stumpf. **Sra. Jussara Cony**: participou do processo? Não?  
246 Só dispõe fazer a apresentação. **Sr. Eduardo Stumpf**: conselheiro Eduardo Stumpf, comitês de  
247 Bacias. Processo nº 004782-05.00/08-5 que trata na câmara jurídica da questão dos limites  
248 máximos, apresentou o seu relato que eu vou ler agora: Prezados Conselheiros, chega a esta  
249 câmara técnica permanente de assuntos jurídicos o expediente supra, visando disciplinar os  
250 limites máximos de emissão para poluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas –  
251 caldeiras com queima de carvão mineral para geração de vapor de processo e/ou energia elétrica.  
252 Entre os considerandos da proposta destaca-se: a) 89% das reservas de carvão mineral do País,  
253 encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul, concentradas em diversas regiões; b) a matriz  
254 energética do país contempla o fomento do consumo de carvão e ao aumento da competitividade  
255 das capacidades de produção internas, buscando atender às crescentes demandas de energia. E  
256 assim segue os considerando c), d), e) que todos tem em mãos e está na tela. Continuando:  
257 dentro do considerando que os Estados podem fixar limites de emissão mais restritivos que os  
258 estabelecidos pela legislação federal, em áreas onde, a seu critério, a gestão da qualidade do ar  
259 assim o exigir, bem como incluir outros poluentes não contemplados na legislação em vigor como  
260 o caso dos óxidos de nitrogênio, cabem-nos recorrer, de forma parcial, a Resolução CONAMA nº  
261 382 de 26.12.2006, que estabelece limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para  
262 fonte fixa. Essa resolução do CONAMA serve apenas como parâmetro, já que não contempla os  
263 processos de combustão que utilizam carvão mineral para geração de calor industrial, objeto da  
264 norma em análise. Todavia, o quadro apresentado pelo grupo técnico, traçado o comparativo dos  
265 padrões de emissão constantes na proposta do Subgrupo e o estabelecido no CONAMA 382/06  
266 aponta uma redução dos padrões de emissão em relação à normativa do CONAMA. Por outro  
267 lado, estudo efetuado para elaboração do presente parecer jurídico, levou-nos a constatar a  
268 existência de uma proposta de Resolução trazida ao CONSEMA pela FEPAM, a qual foi  
269 interpretada como extremamente restritiva pelo setor produtivo. A partir de 2008 foi iniciada a  
270 revisão da minuta de Resolução do CONSEMA pela CTP de Recursos Atmosféricos e Poluição  
271 Veicular para definir a redação definitiva da Resolução, confrontando as propostas da FEPAM e do  
272 Subgrupo da CTP de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular. A Resolução CONAMA 008/90 em  
273 vigor e aplicável às fontes usuárias de carvão mineral encontra-se ultrapassada. Dita resolução  
274 sequer considera os compostos de nitrogênio como parâmetro de controle. A justificativa  
275 posteriormente encaminhada pela CTP de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular, explica que  
276 o critério do novo texto passou a ser a capacidade térmica, independente da eficiência, pois é a  
277 queima do carvão que gera os afluentes gasosos e não a turbina que gera a carga elétrica.  
278 Considerando um critério mais realista. Com relação as demais faixas propostas, foram sugeridas  
279 com a intenção de englobar todas as potências térmicas existentes, mesmo que, comercialmente,  
280 a menor faixa indicada na tabela não seja mais usual. Limites propostos pela Câmara Técnica, os  
281 quais ratificamos: Como base tomou-se a Resolução CONAMA n.º 382 de dezembro de 2006, que  
282 estabelecem limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas (não inclui o  
283 carvão). Dentre as diversas tipologias encontradas dentro da referida legislação, utilizou-se os  
284 parâmetros definidos para o óleo como referência para os limites propostos. Considerando esta  
285 referência e conforme consta na proposta, em item próprio, o órgão ambiental poderá estabelecer  
286 índices de emissões mais restritivos caso em determinada região a qualidade do ar esteja  
287 comprometida. Cabe lembrar que estamos tratando de emissões máximas no Estado as quais  
288 deverão ser da mesma ordem de grandeza das nacionais. A adoção de padrões extremamente

289 rígidos diminuirá a competitividade do rio Grande do Sul no que tange a expansão do parque  
290 gerador de energia elétrica, e o Estado não dispõe de rede de monitoramento confiável, que  
291 aponte no sentido de que a qualidade do ar esteja próximo da saturação por poluição originária  
292 de fontes fixas à carvão Mineral. A legislação ambiental não deve excluir a alternativa carvão para  
293 geração de calor industrial ou geração de energia elétrica, a menos que a região esteja próximo  
294 da saturação, pois como sabe-se o uso de recurso nacional é vantajoso em termos estratégicos  
295 para o país, proporciona a geração de emprego e propicia a oferta de energia a preços reduzidos  
296 e condizentes com o poder aquisitivo dos brasileiros. Quanto a operação creditada a idéia exposta  
297 pela CTP é a de fomentar a melhoria de empreendimentos existentes e utilizadores de carvão  
298 mineral. Assim, novos empreendimentos poderão ser ambientalmente mais sustentáveis,  
299 deslocando, na mesma "bacia aérea" empreendimentos com maior emissão, matéria que tem  
300 como parâmetro as disposições do Decreto Estadual 52.469 de dezembro de 2007 do Estado de  
301 São Paulo (operação creditada). Ante ao exposto, considerando as ponderações e estudos  
302 apresentados pela CT e disposições normativas e legais vigentes, opinamos pela aprovação da  
303 minuta de resolução CONSEMA que dispõe sobre "Limites Máximos de Emissão para Poluentes  
304 Atmosféricos Gerados por fontes novas fixas – Caldeiras com queima de carvão mineral para  
305 geração de vapor de processo e/ou de energia elétrica. Esse é o parecer que vem datado em 3 de  
306 novembro de 2010, assinado por Paulo Ventura Willadino. Obrigado. **Sra. Jussara Cony:** nós  
307 que agradecemos, conselheiro. Conselheiro Hartmann, por favor. Sr. Fernando Hartmann:  
308 obrigado colega. A gente vai tentar não ler a resolução, a minuta já foi recebida pelos  
309 conselheiros, mas vou tentar colocar algumas questões levantadas pelo grupo que trabalhou na  
310 minuta da resolução, encaminhou à câmara técnica, e foi aprovada pela câmara técnica de  
311 recursos atmosféricos e encaminhado posteriormente a câmara técnica de assuntos jurídicos.  
312 Então, a primeira questão é por que mudar, ou por que apresentar uma nova Resolução, porque  
313 entende-se que a CONAMA 08 está ultrapassada, em função de ela é antiga e inclusive não  
314 considera nitrogênio como parâmetro de controle. A resolução CONAMA 382 /06 não contempla  
315 carvão mineral, portanto a Resolução que vale para o país ou para o Estado é a 08 pra carvão  
316 mineral, fonte fixa, e que a matriz energética brasileira ela contempla carvão mineral e que o  
317 Estado do RS ele tem imensas reservas, jazidas de carvão mineral, o Estado tem térmicas em  
318 operação, tem térmicas em planejamento, tem térmicas com licença prévia para licença de  
319 instalação e mais do que isso tem outros tipos de industria no Estado que utilizam carvão mineral  
320 como combustível para vapor ou para energia, quer dizer, não está só se falando em energia  
321 elétrica, mas sim as industrias que geram vapor ou energia térmica dentro de seu processo. Então  
322 ela é um pouco mais abrangente que a nacional, que a 08. bem, em 2007 a câmara técnica  
323 começou os trabalhos e as discussões em relação a minuta, ao trabalho da Resolução e durante  
324 três anos foram realizadas discussões no grupo e na câmara técnica. Se tentou nivelar os  
325 conselheiros da câmara técnica, que são 14 ou 15 conselheiros de diversas áreas e nessas  
326 palestras, que foram nove palestras elas foram ministradas por técnicas da FEPAM, por técnicos  
327 da CIENTEC, por técnicos da Universidade Federal de Santa Maria que faz monitoramento em  
328 Candiota, então se tentou fazer esse nivelamento, porque o assunto é bastante difícil e muito  
329 técnico, realmente muito técnico e na época, no início de 2007 havia uma proposição da FEPAM  
330 que serviu como base para que o grupo e a câmara técnica fizesse sua avaliação e sua  
331 preposições. Entrão como atividades, principalmente do grupo técnico que foi formado dentro da  
332 câmara técnica, com a participação de conselheiros e com técnicos de outras instituições que é o  
333 caso da CIENTEC, foi feito uma comparação na 382/06 na parte de queima óleo passou o valor  
334 de todas das emissões para base de 6% de oxigênio, porque a 382 está em 8% para óleo. Foi  
335 feito um comparativos no enquadramento das emissões nas existentes nas faixas de **ininteligível**  
336 proposta. Foi feito estudo, analise na minuta proposta pela FEPAM, como eu falei anteriormente e

337 o grupo de trabalho fez 12 reuniões entre fevereiro de 2006 e setembro de 2009. Rapidamente, o  
338 que contém a Resolução: o seu artigo 1º trata do âmbito dessa resolução, no que ela se  
339 aplica, ou seja, nas Fornos, caldeiras, com queima de carvão mineral para geração de calor  
340 industrial, calor de processo e/ou energia elétrica. Quer dizer, se uma padaria vai usar carvão  
341 mineral ela vai ser enquadrada, se uma olaria for utilizar carvão mineral ela também vai ser  
342 enquadrada nessa resolução, não é só geração de energia elétrica. O artigo 2º trata dos critérios  
343 mínimos sobre meio ambiente, a abrangência da Resolução, as tecnologias existentes, as  
344 diferenciações das tecnologias, do porte, da localização dos equipamentos e das medidas  
345 cabíveis. O artigo 3º trata das definições dos termos técnicos usados na resolução. O 4º,  
346 estabelece os limites de emissão e fórmulas de cálculo para uma ou mais fontes no mesmo local e  
347 que ininteligível concomitantemente principalmente as plantas térmicas elas tem mais uma  
348 unidade de clima, então a resolução ela tem que considerar isso daí. Existem empresas aqui no  
349 Estado que já queima na mesma unidade carvão mineral e outros combustíveis, então tudo isso  
350 entra na resolução. O artigo 5º trata como fazer o monitoramento das fontes. O 6º, versa sobre a  
351 gestão a ser dados em locais onde o ambiente já tenha algum comprometimento, permitindo ao  
352 órgão ambiental estadual estabelecer limites mais restritivos, ou seja, ela estabelece parâmetros  
353 máximos para cada capacidade de unidade, mas permite ao órgão ambiental que caso o ambiente  
354 esteja comprometido seja mais restritivo. O órgão ambiental vai ter essa função também. O artigo  
355 7º trata dos casos em que ocorrem as paradas, partidas, emergências, unidades. Toda unidade  
356 **ininteligível** pode ter sua parada por problema mecânico, problema operacional, então a gente  
357 colocou também no artigo considerações sobre esse respeito. O artigo 8º trata da operação  
358 creditada quando o empreendedor reduz voluntariamente suas emissões validadas pelo órgão  
359 ambiental. O intuito do artigo 8º é fazer com que o usuário atual do carvão ele tenha uma injeção  
360 de ânimo para reduzir a emissão dentro de seu empreendimento essa que é a idéia desse artigo  
361 8º. E o artigo 9º fala da vigência dessa resolução. Outra questão que foi colocada na minuta  
362 relacionada a questão de geração elétrica capacidade elétrica ou capacidade térmica da unidade.  
363 Para os senhores entenderem um pouquinho rapidamente como funciona a geração, no caso de  
364 energia elétrica, na parte esquerda desse dispositivo eu tenho na parte de baixo a entrada do  
365 carvão que seria 100% e na parte de cima onde entra na caldeira o ar de combustão. A caldeira é  
366 aquele desenho laranja (apresentação no data show), então naquela situação ali o ar junto com o  
367 carvão tem a queima, gera o vapor que sai naquela seta do meio, gira uma turbina e essa turbina  
368 ela gera a energia elétrica. Depois tem toda parte periférica que é perda de calor no condensador  
369 e a saída na chaminé tratamento das emissões via **ininteligível** e perda de calor também se tem  
370 na chaminé. Então, de 100% que entra a produção de energia elétrica é entorno de 33%, ou  
371 seja, teria uma eficiência de 33% no sistema, existem tecnologias que podem chegar próximo dos  
372 40% e tem tecnologias que são inferiores a 33%, e nós colocamos na minuta, que os senhores  
373 estão analisando, a capacidade térmica que é onde são geradas as emissões. Bom, esse é um  
374 quando que está no artigo 4º da resolução onde se estabelece os limites de emissão para as  
375 várias capacidades térmicas dos empreendimentos das unidades, então são 4 capacidades, 4  
376 intervalos de capacidade que são abaixo de 70 megawatts térmico, entre 70 e 500; entre 500 e  
377 abaixo de 1000 e acima de 1000 megawatts térmicos. E os três parâmetros principais onde seria  
378 feito o controle SO<sub>x</sub>, NO<sub>x</sub> e material particulado. A limitação, por exemplo, acima de 1000  
379 megawatts ele partiu – os últimos dois empreendimentos licenciado no Estado de termelétricas  
380 são maiores que 1000 megawatts térmicos que é o caso da CT SUL de Cachoeira do Sul e o caso  
381 NTX SUL que estão naquele limites ali. Então são dois parâmetros que se tem de licenciamento  
382 mais atuais feitos pelo Estado no caso da CT SUL, e feito pelo IMABA, no caso, NTX SUL que  
383 estabelecem aqueles valores ali de 400 NO<sub>x</sub> e 50 pela MP todos eles em mg/Nm<sup>3</sup> e a 6% de O<sub>2</sub>.  
384 Rapidamente, justificativas para aqueles valores: nós nos basiamos na 382/06 que é CONAMA

385 que versa sobre a emissão de óleo pesado e dentre as diversas tipologias encontradas na  
386 resolução, utilizou-se isso como referencia. E considerando essa referencia, ou seja, o óleo, e  
387 conforme consta na minuta de resolução proposta no artigo 6º: o órgão ambiental poderá  
388 estabelecer limites de emissão mais restritivo no caso em que determinada região a qualidade do  
389 ar já esteja comprometida. É bom que a gente fale sobre este assunto que aí vem a questão do  
390 monitoramento. É necessário que o Estado tenha uma rede de monitoramento eficiente, bem  
391 distribuída, mais operante, porque ao licenciar uma usina seja ela a gás, seja ela a carvão, seja  
392 ela a lenha, a óleo, é importante que se tenha um monitoramento correto, para que se façam os  
393 estudos corretos e se determine se aquela usina vai ficar nos 400mg ou tem que baixar para  
394 300mg. E essa rede ela é importante também para a questão dos veículos que é outro importante  
395 elemento de contribuição para poluição atmosférico. O estado está agora tentado aprovar na  
396 assembléia aquele material que também foi trabalhado na câmara técnica. Então é muito  
397 importante essa questão do monitoramento, aqui no consema a gente tem trabalhado muito para  
398 que a rede melhore e tudo aquilo que a gente puder ajudar a gente vai ajudar. Para vocês terem  
399 uma idéia de qual a situação que se tem os empreendimento em operação em relação a  
400 capacidade e em projeto no Estado aquela linha divisória, no meio, cinza, na parte superior é  
401 megawatt elétrico e abaixo é megawatt térmico, então por exemplo São Jerônimo ficaria na  
402 primeira faixa que é 70 mwth. São Jerônimo tem 20 mwth elétrico que são aproximadamente 60  
403 térmicos. Na faixa do meio, intermediária que seria entre 70 e 500 mwth térmicos se tem a  
404 termoelétrica de Charqueadas e a termoelétrica de Candiota, fase A, que é a fase mais antiga,  
405 são duas máquinas de 68 mwth elétricos ou 380 térmicos. A segunda faixa entre 500 e 1000 nós  
406 encontramos a fase C presidente médio em operação são duas máquinas de 160 mwth elétricos e  
407 960 térmicos. E na parte superior nós temos apenas uma operação que é presidente médio fase  
408 C, com 360 mwth elétrico, correspondendo a 1052 térmicos, temos ali a Seival que são 1800  
409 mwth térmicos, a MPX Sul são 2180 e a CT Sul que são 1950 Mwth térmicos. Então o que está se  
410 operando no Estado é abaixo de mil, exceto fase C – Candiota. As outras estão ali relacionadas  
411 elas tem ou licença previa ambiental ou licença de instalação que o caso da Seival. Então todos os  
412 valores foram co-relacionados com 33% de eficiência entre a entrada do combustível e a geração  
413 de energia elétrica. Rapidamente aqui comparativo com a 382 nas 4 colunas de capacidade, então  
414 nós temos na primeira 70, na segunda entre 70 e 500, na terceira entre 500 e 1000 e acima  
415 1000. o óleo é avermelha e o da câmara é o amarelo, nesse caso é o dióxido de enxofre. A  
416 mesma coisa para material particulado e a terceira seria para NO<sub>x</sub> que não tem na 08. Era isso,  
417 obrigado. **Sra. Jussara Cony**: alguma inscrição?Um, dois, três... **Sr. Marcos Calvette**: Boa  
418 tarde – Marcos Calvette, representante da FEPAM. A gente gostaria de pedir vistas ao processo  
419 para avaliação da área técnica, secretária. **Sra. Jussara Cony**: por ordem: Paulo Brack, Stumpf,  
420 por favor. **Sr. Paulo Brack**: bom, nós tínhamos na reunião passada, trouxemos aqui um  
421 documento sobre a questão do carvão e inclusive solicitamos aqui uma discussão maior em  
422 relação ao uso do carvão no Estado, matriz energética, para ampliar essa discussão, porque a  
423 gente considera que esse tema está presente no mundo inteiro. Está se discutindo emissão de  
424 CO2 a Austrália,inclusive semana passada está lançando aí um imposto sobre atividades que  
425 emitem CO2, por exemplo gás efeito estufa e o Estados Unidos, inclusive já há dois anos ao se  
426 liberam térmicas a carvão, varias parte do mundo estão deixando de lado esta energia. Primeiro  
427 gostaria de discutir mais esta questão do ponto de vista desse caminho da matriz energética, esse  
428 é um ponto que não ficou claro quando que o CONSEMA iria fazer esta questão. Segundo em  
429 relação a câmara técnica. Seria interessante destacar aqui que pelo menos dois técnicos da  
430 FEPAM acompanharam isso até 2007 ou 2008 e trouxeram limites que eram mais restritivos, até  
431 foi citado aqui pelo presidente da câmara, que seriam limites mais restritivos, mas essas duas  
432 pessoas elas foram retiradas da câmara técnica pela Dra. Ana Penine e de qualquer maneira a

433 gente consideraria também importante que as pessoas que iniciaram esse debate, elas também  
434 fizessem parte dessa discussão. A gente gostaria de ver pro parte da câmara técnica uma simetria  
435 no sentido de essa proposta não viesse do setor mais interessado na liberação ou nesse incentivo  
436 a essa atividade, até perguntaria ao presidente da câmara técnica se se presta serviço para o  
437 setor, das térmicas a carvão e se sente a vontade no ponto de vista se isso não corresponderia a  
438 conflito de interesse, então essa é uma questão. E por fim, nós vamos pedir vistas com fev  
439 FEPAM. Obrigado. **Sra. Jussara Cony**: em relação a, acho já respondo agora a relação sob  
440 ponto de vista, pelo menos entendimento da mesa, depois podemos colocar em ao plenário todo.  
441 Nós vamos oportunizar sim esse debate sobre a matriz energética do Estado Rio Grande do Sul  
442 não sobre o carvão especificamente, Matriz energética, é uma solicitação já feita, nós vamos ter  
443 oportunidade de ver isso. Nesse momento nós estamos discutindo essa minuta de resolução em  
444 relação aos limites máximos de emissão. Tem gente inscrita, tu estás solicitando, nesse  
445 momento? É. Sim, acho que é justo e elegante e assim que nós devemos trabalhar. **Sr.**  
446 **Fernando Hartmann**: foram feitas duas colocações pelo Paulo, a primeira em relação a  
447 participação dos dois técnicos da FEPAM, a questão que eu te coloco é assim Paulo: toda as  
448 convocações da câmara técnica, todas elas foram para todos os componentes e ex-componentes  
449 da câmara técnica, então as convocações foram recebidas pelos conselheiros, ex-conselheiros,  
450 esses que você coloca; em segundo, a câmara técnica discutiu amplamente a questão, ela  
451 colocou na rede todos os resultados das reuniões das minutas que estavam sendo feitas foi  
452 colocada na rede. Foi convidado pessoal do IBAMA que vieram aqui de Brasília para participar.  
453 Então eu acho, eu entendo que a discussão ela foi bem transparente se FEPAM deslocou, tirou ou  
454 botou algum técnico, a câmara técnica não pode entrar no mérito dessa questão, é uma questão  
455 da Instituição. E na elaboração da minuta e no exame da minuta anterior o que estava sendo  
456 apreciada e considerada como base teve técnicos indicados pela FEPAM que participaram dessas  
457 discussões, então reitero acho que foi transparente. A segunda colocação é uma colocação até  
458 pouco mais pessoal, eu fico, sinceramente Paulo, bem tranquilo em relação a isso, tu sabes que  
459 eu tenho uma empresa de meio ambiente, trabalho com isso há mais de vinte anos, sou  
460 engenheiro de minas, não nego essa origem trabalhei com carvão. Mas também trabalho com  
461 rodovia, trabalho com resíduo, trabalho com fauna, com flora e uma serie de coisa, ta? Inclusive  
462 muitas coisa que aconteceu de bom em rodovia do Estado, modéstia a parte, não que seja um  
463 mérito, acho que é um dever da gente, então fico tranquilo em relação a isso Paulo,  
464 sinceramente. Foi bom que você colocou isso porque a resolução está aí para ser analisada pelos  
465 senhores, pelas senhoras todo mundo tem liberdade para votar a favor ou contra dentro de  
466 consciência, dentro de seu entendimento, dentro daquilo que você acho que é bom ou não para o  
467 Estado. Se carvão não é para queimar, não se queima mais, se assim a sociedade decidir está  
468 decidido, isso aqui é um fórum para isso. Obrigado. **Sra. Jussara Cony**: obrigada, conselheiro.  
469 Próximo inscrito que eu vi pelo menos foi Stumpf. Tem mais alguém inscrito? : AGAPAN e Gallas.  
470 Sr. Eduardo Stumpf: secretária, não sei se agora, eu pedi a palavra, mas como foi pedido vistas  
471 as minhas manifestações eram diretas em relação a minuta e seria apenas uma mania de  
472 correções de português virgula, artigos e algumas coisas, que eu não sei se a senhora me permite  
473 fazer agora ou depois das vistas? **Sra. Jussara Cony**: como foi pedido vistas vai ter uma  
474 dinâmica que depois tu poderás com certeza fazer. Mas Stumpf, não tem nada de opinião de  
475 mérito da questão são apenas correções? Porque se é opinião de mérito é importante que debata,  
476 que traga tua contribuição agora. Tem mais dois inscritos depois a gente vai aos  
477 encaminhamentos. Conselheiro da AGAPAM, por favor. **Sr. Francisco Milanez**: Francisco  
478 Milanez, AGAPAM, nós estamos pedindo vistas. **Sra. Jussara Cony**: então AGAPAM também está  
479 solicitando vistas. Quem mais agora? – Paulo Gallas, conselheiro da CIENTEC, por favor, Gallas.  
480 **Sr. Paulo Gallas**: Boa tarde, senhora secretária. Boa tarde, pessoal. Meu nome é Paulo Gallas,

481 eu sou da Cientec, representando nesse Ato a Secretaria de Ciência e Inovação e Tecnologia.  
482 Bom, eu queria apenas colocar uma questão que eu acho importante de que o Estado não tem  
483 nenhuma legislação sobre os pontos que foram colocados. Não tem! Esse é o primeiro  
484 documento, é o primeiro instrumento jurídico que vai dar sustentação a FEPAM para que comece  
485 a balizar todos os empreendimentos que estão aí e que poderão vir, ou seja, é a primeira maneira  
486 da FEPAM se beneficiar desse instrumento. Como foi bem colocado a FEPAM ou o Órgão  
487 ambiental poderá ser mais rigorosa naqueles e valores e restringir ainda mais os limites frente ao  
488 que se encontra no meio ambiente, ou seja, se há um sitio em que há um comprometimento  
489 ambiental ou poderá se restringir mais esses valores ou simplesmente evitar que se coloque lá  
490 uma unidade que consuma carvão. Então dessa forma eu também queria colocar de que depois  
491 de três anos trabalho feito por técnicos de diversas áreas do Estado, na engenharia e meio  
492 ambiente, eu acho que um trabalho desses tem que se dar confiança ou mérito a ele, ou seja,  
493 não se brincou com isso, todos aqui querem o melhor meio ambiente possível, querem protegê-  
494 los, mas também queremos as benesses da energia, ou seja, lá o que for. Então em nome da  
495 secretaria, após as apreciações também peço vistas ao processo. Muito obrigado. **Sra. Jussara**  
496 **Cony**: obrigada. Então três conselheiros representando respectivamente a FEPAM, CIENTEC e  
497 AGAPAM pediram vistas ao processo, INGÁ também. Quem pediu? Paulo Brack, né? **Sr. José**  
498 **Homero Finamor**: eu represento o CREA aqui no CONSEMA, também estou pedindo vistas do  
499 processo. **Sra. Jussara Cony**: FEPAM, INGÁ, CIENTEC, AGAPAM e o CREA. Então são cinco, né?  
500 Cinco conselheiros representando as suas respectivas participações. Dada a vista ao processo  
501 então. Só lembrando, que conste em ata, que solicitação do Paulo Brack sobre a discussão da  
502 Matriz energética do Estado Rio Grande do sul, a secretária está providenciando para o momento  
503 oportuno, mas não só a secretária, essa é uma discussão que vai envolver, trazer para este  
504 CONSEMA uma amplitude maior, porque a Matriz Energética tem que ser discutida em todos os  
505 aspectos não apenas sobre aspecto ambiental, embora esse seja um aspecto estratégico. Nós  
506 vamos encaminhar o melhor possível, uma discussão sob o ponto de vista do projeto do  
507 desenvolvimento econômico social com sustentabilidade ambiental. É nesse sentido que nós  
508 vamos discutir, aliás é essa concepção que devemos em ter em um país que se torna aí a 5ª  
509 economia do mundo, um Estado tem o maior percentual de carvão, no caso que agora está em  
510 discussão, mas que necessariamente nós temos que avançar, inclusive, acho que a colaboração  
511 do Gallas, de todos, mas do Gallas em relação a cie...e porque representa a secretaria de ciência  
512 e inovação, CIENTEC, inclusive porque nós temos a ciência e a tecnologia que necessariamente  
513 tem que servir para esse projeto de desenvolvimento com sustentabilidade para a qualidade de  
514 vida e TEM mecanismo de ciência e tecnologia para que isso ocorra. Então essa discussão é  
515 interesse do governo não é apenas de uma secretaria de essa discussão ocorra, aproveitando  
516 inclusive, acho que o Fernando Hartmann foi também preciso nisso, aproveitando inclusive os  
517 acúmulos e avançando sempre que pudermos com base na ciência e tecnologia e com base  
518 também que o Brasil tem hoje o modelo de desenvolvimento econômico e social a ser perseguido  
519 no sentido de garantir junto com a sustentabilidade num país que detém fontes enormes de  
520 recursos na sua natureza de que eles sejam usados nessa perspectiva. Então é isso. O 5º ponto:  
521 apresentação de projetos e programa de municipalização. Eu cometi um equívoco que eu aprovei  
522 a pauta como um todo, quero me desculpar com todos os conselheiros, porque há uma  
523 solicitação do responsável dentro da secretária que é o Rafael Lameira, sobre o programa de  
524 municipalização, de não ter avisado no momento oportuno em relação a uma solicitação que  
525 havia feito. Então eu peço ao Rafael Lameira que faça a sua intervenção agora nesse momento.  
526 **Sr. Rafael Lameira**: quero dar boa tarde a todos os conselheiros. Eu solicitei retirada de pauta  
527 da apresentação do projeto, porque nós tivemos um atraso no cronograma de reuniões da  
528 Comissão Tripartite do Estado com IMABA e com a FAMURS, portanto não terminamos ainda a

529 discussão do projeto que vai ser feito até o final do mês até então nos trazemos o programa para  
530 discussão no CONSEMA. Obrigado. **Sra. Jussara Cony:** eu reafirmo a importância dessa  
531 solicitação, na medida que, no início dessa gestão está sendo extremamente positiva acho que  
532 um bom exemplo é a aprovação da TSA pela Assembléia Legislativa que vai trazer um aporte  
533 importante de recursos ao Estado e aos municípios no sentido de avançarmos na gestão  
534 ambiental é significado do resultado da tripartite, esse trabalho junto União, Estado e Município  
535 via IBAMA, SEMA e FAMURS. O Rafael me lembrava hoje de manhã a solicitação de retirada,  
536 porque seria um desrespeito a parceiros estratégicos para gestão ambiental dentro do que  
537 recomenda através de Legislação, nosso país io próprio SISNAMA – Sistema Nacional de Meio  
538 Ambiente. Então fica, é possível Rafael na próxima reunião? Tem reunião marcada já da tripartite.  
539 Vamos então para o 6º ponto que é a qualificação dos municípios de Formigueiro e Salto do  
540 Jacuí. Vai ser apresentado por Rafael Lameira, então por favor. **Sr. Rafael Lameira:** eu não vi o  
541 prefeito, algum representante de Salto do Jacuí? Desculpa, secretário, né? Assessor Jurídico,  
542 técnico, está bom. Vamos lá, município de **Salto do Jacuí** foi aprovada na última reunião da  
543 câmara técnica de gestão compartilhada. Um município na região norte do Estado, população  
544 quase dois mil habitantes, área territorial pouco mais de 500 Km<sup>2</sup>. Ela apresentou, já antecipando,  
545 as condições mínimas para qualificação para realizar o licenciamento ambiental de impacto local.  
546 Apresentou órgão municipal de meio ambiente que no caso uma secretaria de obras e meio  
547 ambiente, apresentou o corpo técnico exigido por lei que é o licenciador com formação superior e  
548 o fiscal nomeado pelo prefeito, dedicação exclusiva e uma equipe disciplinar que como tem sido  
549 de praxe de uma consultoria ambiental. O município com uma base econômica natural naquela  
550 região do Estado, baseada na agricultura, na soja, pelo que eu percebi. A agropecuária  
551 diversificada bovinos e suínos. Os principais impactos locais são logicamente decorrentes dessas  
552 atividades com o acréscimo de uma pequena rede de esgotamento urbano e uma dificuldade de  
553 destinação de resíduos domiciliares, entulho da construção civil, resíduos industriais, resíduos de  
554 extração mineral, assoreamento dos rios e uma significativa agressão a mata ciliar. Apresentou os  
555 programas e projetos que tendem a solucionar os projetos ambientais detectados pelos  
556 diagnósticos do plano ambiental e, portanto a câmara técnica considerou aprovado o plano por  
557 unanimidade de nove votos e ficou como pendência com prazo de 180 dias segundo a Resolução  
558 Consema 167 arrumar escala dos mapas e alterar o cronograma dos programas e projetos  
559 incluindo metas que não estavam bem claros no plano original apresentado. Vou já passar a  
560 palavra a conselheira Lisiane Becker, assumindo a responsabilidade da mesa. **Sra. Lisiane  
561 Becker:** é com muita satisfação que eu velo Salto do Jacuí não por uma questão mais pessoal,  
562 mas como eles tiveram aprovação por maioria na câmara técnica, com muitas sugestões feitas,  
563 inclusive pela minha pessoa eu recebi um e-mail que vem bem ap encontro de muitas discussões  
564 que nós temos aqui. Eles comentam que estão enviando todos os ajustes solicitados na Câmara  
565 técnica, embora tenha sido aprovado, enviaram todos os ajustes, inclusive de flora, seguiram  
566 conselho de onde procurar mais informações para aumentar, arrumaram todos os mapas. E aí eu  
567 gostei do que eles escrevem, porque normalmente a gente tem esse tipo de comunicação  
568 pessoal, né? Falamos com a gente, mas nunca vem por escrito. Então aqui comenta que eles  
569 agradecem pela contribuição no debate sobre o plano, apontando as melhorias que tiveram que  
570 fazer e contam com a colaboração sempre que for preciso. Então isso nós temos ouvido vários  
571 municípios nos dizerem, agradecerem pela qualidade que nós estamos dando dentro da câmara  
572 técnica de apontar outras alternativas, onde procurar projetos, onde procurar verbas que muitas  
573 vezes o município não sabe e a câmara técnica tem feito este trabalho. No ano passado uma  
574 pessoa disse que, até aqui da casa, disse que a câmara técnica estava ficando didático-  
575 pedagógica porque ela estava auxiliando os município não simplesmente reprovando/aprovando  
576 ou deixando passar, nós estamos qualificando realmente os municípios. E também no ano

577 passado nós tivemos, acho que é oportuno comentar isso, que a câmara técnica estva se  
578 dispondo criar um grupo voluntário para ajudar mais os municípios, e ficou por isso mesmo.  
579 Realmente evoluiu muito o trabalho nesses onze anos da câmara técnica a ponto dos municípios  
580 estarem agradecendo a qualidade que estamos oferecendo. Bom eu vou aproveitar, Salto do Jacuí  
581 está aí, né? Eu vou entregar um mapa de aplicação da mata atlântica e uma manual de  
582 adequação ambiental para compor a biblioteca de vocês. **Sra. Jussara Cony:** bom, em relação  
583 ao Salto do Jacuí, agradecemos a apresentação do Rafael Lameira e acho que a intervenção da  
584 conselheira Lisiane Becker ela é oportuna, é oportuna e nós nos sentimos **ininteligível** como  
585 gestão ambiental também. Nos sentimos completamente contemplados porque desde o início de  
586 nossa gestão a relação se aprofundou com a câmara técnica e na realidade é essa a intenção, no  
587 sentido de cada vez mais no conjunto e nas responsabilidades conjuntas poder avançar para que  
588 os municípios qualifiquem na gestão ambiental. Acho que a aprovação TSA esse próprio programa  
589 de municipalização que solicitamos para apresentar depois, ele vai dar essa dimensão e o  
590 cumprimento a câmara técnica ela vai exatamente nesse sentido da colocação da conselheira.  
591 Mas eu quero reafirmar de que se aprofundou e muito, nesses nove meses de gestão uma  
592 relação diferenciada para que vocês possam cada vez mais cumprir esse papel que a câmara está  
593 cumprindo, então resta neste momento colocar em votação a qualificação do município Salto do  
594 Jacuí que contamos aqui com representantes do município, do qual nós agradecemos, não só a  
595 presença, mas também a capacidade de buscar, apresentar da melhor forma possível a busca de  
596 sua qualificação, atendendo as solicitações da câmara técnica. Então quem está de acordo com a  
597 qualificação do município de Salto do Jacuí, por favor, se manifeste. Algum voto contrário?  
598 Alguma abstenção? Uma abstenção. Como sempre é praxe a gente saúda essa aprovação com a  
599 presença do município com uma salva de palmas. Rafael Lameira então com o município de  
600 Formigueiros. **Sr. Rafael Lameira:** segundo município do dia, município de Formigueiro,  
601 município da região Central do Estado. População pouco mais de 7 mil habitantes, uma área  
602 territorial pouco maior que 500km<sup>2</sup>. Apresentou o órgão municipal de meio ambiente, no caso a  
603 secretaria de agricultura e meio ambiente. Apresentou o licenciador com formação em nível  
604 superior, o fiscal ambiental devidamente nomeado e uma equipe multidisciplinar da TECNISAN  
605 ENGENHARIA LTDA, como tem sido comum nos municípios. o município também baseado na  
606 agropecuária, com os principais impactos locais decorrentes dessas atividades, com acréscimo  
607 daqueles municípios urbanos que tem dificuldades em saneamento básico e um antigo lixão,  
608 segundo o município, sendo tratado já. Desculpa, eu não perguntei tem algum representante de  
609 Formigueiro? - Secretário de Administração, ta bom. Apresentou programas e projetos exigidos  
610 pela resolução 102 para tentar sanear os danos ambientais decorrentes do diagnóstico dos  
611 impactos ambientais e a câmara técnica considerou aprovado por maioria de seis votos a dois  
612 com duas pendências para 180 dias de complementação do zoneamento ambiental que faltou  
613 apresentar o texto descritivo, eles apresentaram a carta do zoneamento, mas a parte descritiva  
614 ficou incompleta e alguns equívocos no diagnóstico de fauna e flora, segundo a alguns  
615 conselheiros, de forma incompleta. Então aprovação da câmara técnica por maioria. **Sra. Jussara**  
616 **Cony:** pessoal, alguma manifestação? : Mira Serra, primeira inscrição, depois IGRÉ. **Sra. Lisiane**  
617 **Becker:** primeiro que não foi só aquilo ali, faltou, acho até estranho que a ata não passou antes,  
618 né? Mas faltou uma coisa principal que é a inserção desse município, que ele não está  
619 caracterizado como sendo um município 100% dentro de mata atlântica, ele não considera isso, e  
620 na câmara técnica, por isso dos votos contrários, teria muitas coisas para refazer dentro plano  
621 justamente por não estar adequadamente caracterizado no seu bioma, ele está praticamente  
622 caracterizado como bioma pampa e não é, é bioma mata atlântica. E assim como eu prometi para  
623 Salto do Jacuí eu também prometi para Formigueiro o mata de áreas de aplicação da Lei da Mata  
624 Atlântica e o manual de adequação ambiental. E Mira Serra, por conta disso, até porque no site

625 não estava disponibilizado o plano na íntegra, estava em pedaços de complementações, a Mira  
626 Serra vai pedir vistas do processo. **Sra. Jussara Cony**: tem inscrição, IGRÉ, por favor. **Sr.**  
627 **Ludwig Backup**: Backup do IGRÉ estou pedindo vistas do processo. **Sra. Jussara Cony**: mais  
628 alguma? É isso? Bom, solicitação de vistas, dada vistas ao processo. **Sr. Rafael Lameira**: só  
629 para dar uma justificativa publica, a conselheira diz que foi disponibilizado em partes, é a parte  
630 digital do processo que foi para o site, que não é todos porque o processo antigo e não havia  
631 mais a mídia dele inicial, só a parte física então não tem como colocar no site alguma coisa que  
632 somente física, então foi só a parte digital. Então o quanto não estar tudo ali (na apresentação)  
633 existe uma diferença entre pendência, foram feitas sim diversas recomendações e argumentos  
634 para se reprovar que não são necessariamente pendências, essa é a divisão que eu preciso  
635 estabelecer. **Sra. Jussara Cony**: vocês se complementem o mais rápido possível, por favor. **Sra.**  
636 **Lisiane Becker**: eu concordo com o Rafael que não veio por conta disso, não foi por isso que  
637 pedi vista, mas ajudou. Eu pedi vista é realmente uma pendência porque no momento em que tu  
638 faz um plano ambiental baseado em bioma enquanto ele é outro bioma que tem uma legislação,  
639 uma caracterização toda diferenciada, então realmente vou ter que pedir vistas. Então só para  
640 complementar o teu que eu entendo o porquê que não estava. **Sra. Jussara Cony**: ficou claro,  
641 né? Por que da solicitação do pedido de vistas. Pedido vistas senhor secretário imediatamente  
642 temos que dar vista, queremos agradecer sua presença e colocara através do programa nosso de  
643 aprofundamento e aperfeiçoamento do que era o siga, mas agora um programa de  
644 municipalização, está a disposição no sentido do que depender da secretaria nós, atreves do  
645 Rafael Lameira que coordena, nós estamos a disposição para contribuir. Acho que na própria  
646 câmara técnica contribuir com o município já que foi identificado como bioma, a câmara com  
647 certeza está também a disposição para que possamos ultrapassar essa que é a questão principal  
648 como órgãos ambientais e como CONSEMA, necessariamente nós temos que ter esse olhar no  
649 sentido de localizar corretamente dentro do bioma. Então acho que esse é o motivo e o senhor  
650 poderá contar com a contribuição... eu como presidente do conselho tenho que dizer,  
651 independente ou até adicionando, concordando da importância do seu oferecimento, mas eu  
652 tenho que ao conselho como um todo dizer que ao senhor secretário da administração, à  
653 prefeitura municipal estamos todos a disposição para não tornar mais impeditivo algo que é  
654 importante para a questão ambiental para nosso município, nosso Estado e nosso País para  
655 nossos biomas, certo? Obrigada então pela sua compreensão. Em assuntos gerais eu abriria se há  
656 algum assunto geral que nesse momento do professor Backup tem, Mira Serra, Ingá; quem mais?  
657 Três...professor Backup, por favor, é o primeiro. Enquanto o professor se dirige para cá eu quero  
658 dar o meu testemunho que apesar de nós somente agora empossar o professor Backup por conta  
659 das tramitações legais. Desde o momento de que nós assumimos a secretaria e portanto estamos  
660 na presidência do Consema o professor Backup tem de forma responsável e pela sua história,  
661 comparecido sempre e dado suas contribuições importantes que nós queremos agradecer nesse  
662 momento que efetivamente o senhor se torna conselheiros, né? **Sr. Ludwig Backup**: obrigado,  
663 secretária. Secretária, prezados conselheiros: primeiro uma questão, eu não quis formalizá-la por  
664 escrito, porque entendo que estando na ata, declaração formal da reunião, e a secretária poderá  
665 tomar as providências adequadas. Eu encontrei no diário oficial do dia dois de agosto a publicação  
666 de uma portaria, assinada pelo senhor presidente da FEPAM Dr. Niedersberg. A portaria é de  
667 numero 75, e a portaria faz, e o que está correto, uma regulamentação que estabelece os  
668 procedimentos para emissões de autorizações para captura e manejo de exemplares da fauna  
669 silvestre nos processos de licenciamentos que tramitam na fundação de proteção ambiental. Há  
670 uma série de artigos, tudo corretamente definido, delineado como se deve proceder, até que  
671 encontro aqui um anexo que deve ser preenchido os pareceres esse anexo tem ali o item 3, 4 que  
672 diz do seguinte: os exemplares coletados ou que vierem a óbito deverão ser preservados em

673 meios específicos, etiquetados em todos os dados e coletas, depositados na coleção científica do  
674 setor de coleções e acervos da Universidade Vale do Rio do Sinos. Confesso que eu me surpreendi  
675 com essa destinação, até por uma razão especial, a secretaria estadual do RS tem um órgão  
676 executivo que é a fundação zoobotânica com seu museu de ciências naturais e que é, inclusive,  
677 perante o IBAMA depositário oficial das coleções, sem falar na Universidade Federal do Rio  
678 Grande do Sul que está diretamente ligado ao IBAMA. Eu não sei qual é a origem dessa  
679 destinação,mas eu não acho nada prudente, senhora secretária, acho curioso que se destine a  
680 uma instituição particular, que tem todo o meu respeito, importante instituição – Unisinos – os  
681 jesuítas administram aquilo com extrema competência côm nós sabemos, mas a destinação desse  
682 material, secretária tem que ser à fundação zoobotânica, ao museu. Essa é minha opinião. **Sra.**  
683 **Jussara Cony:** nós além de agradecer a contribuição do conselheiro, estaremos encaminhando  
684 através do representante da FEPAM que está hoje aqui Marcos Calvette, mas eu particularmente  
685 conversarei com o presidente da fepam sobre a sua preocupação e a sua preposição que já está  
686 registrado em ata. Eu acho assim, embora conste em ata, me parece extremamente importante  
687 que oficialize, pode oficializar para secretário de meio ambiente, por favor. **Sr. Ludwig Backup:**  
688 de resto, secretária, um depósito de um material assim, não simplesmente um ato formal de  
689 documentação biológica, na verdade a instituição é beneficiada com a existência de material cuja  
690 procedência, condição de coleta tudo mais, é importantíssima, um subsídio para pesquisa. Bom, a  
691 segunda questão me perdoe se vai um pouquinho evada assim de sentimento pessoal. A senhora  
692 sabe que estou a pouco tempo aqui, e não consegui ainda me livrar inteiramente do impacto  
693 negativo que tive aqui na ultima sessão plenária extraordinária, desse órgão aqui. Durante o  
694 processo de votação para qualificação para licenciamento do município de Xangri-la. Eu trabalha a  
695 pelo menos quarenta anos com as paisagens dos ecos sistemas da fauna e da flora da planície  
696 costeira do Rio Grande do Sul, aproveito para lembrar que não chamamos isso de planície  
697 litorânea, ela é costeira, litoral é uma parte submersa do mar, Tramandaí é uma cidade costeira e  
698 não litorânea como Torres também e sempre soubemos que existe uma expansão rápida e  
699 bastante agressiva sobre a paisagem natural com a expansão dos investimentos imobiliários.  
700 Quando veio lá da câmara competente da gestão compartilhada a informação de que havia uma  
701 proposta de qualificação de Xangri-lá eu fiquei bastante preocupado, mas já meu colega Dr. Paulo  
702 Brack, professor adjunto do departamento de botânica da Universidade Federal, apresentou aqui  
703 um parecer onde ele apontou aqui com precisão cirúrgica uma série importante de informações  
704 apontando para várias irregularidades sérias que vem sendo praticadas em Xangri-lá ao mesmo  
705 tempo Dr. Paulo lembrou, nós confirmamos isso, que havia já uma movimentação no ministério  
706 publico Estadual apurando supostas fraudes e licenças ambientais em Xangri-lá, eu fiquei  
707 tranqüili, fiquei imaginando...”bem, como contribuição científica, técnica tão consistente como Dr.  
708 Paulo apresentou aqui e tudo que já se sabe que acontece e com,obviamente, o furor dos  
709 prefeitos da planície costeira de ralmente estimularem a criação de condomínios, quer dizer, o  
710 condomínio é maravilhoso,pois gera uma quantidade enorme de impostos para a prefeitura e não  
711 precisa prefeitura, porque os condomínios fechados tem administração própria para água, luz,  
712 esgoto e tudo mais é pura renda tributária. Então eu achei isso que seguramente o plenário  
713 entenderia como Órgão que reflete **ininteligível** ambientais, que Xangri-lá não estava em  
714 condições de ser qualificado que o Dr. Paulo pediu claramente que o processo voltasse aos  
715 requerentes e que remediasses as questões todas que estavam apontadas”, inclusive me lembro  
716 bem que o senhor Rafael Lameira esteve aqui na frente e disse com a sua própria voz: não,  
717 realmente existem vários problemas em Xangri-lá”. Eu, secretária, literalmente caí do cavalo  
718 quando verifiquei que os únicos quatro votos a favor da rejeição era os quatro grupos  
719 ambientalistas, todos os demais votaram pela aprovação para a qualificação de Xangri-lá. Tudo  
720 bem não estou discutindo nem quero argumentar sobre a votação que é soberana nesse plenário,

721 o que que vou fazer. Mas eu me pergunto: eu não saí da Universidade onde me aposentei em  
722 março deste ano, para tentar colaborar neste órgão aqui, para ser simplesmente derrotado em  
723 votação por opções puramente ideológica, política, ou seja, aquela turma ali são "ecochatos"  
724 "biodesagradáveis" tem que se votar sempre contra eles. Então eu me pergunto o que eu com a  
725 minha organização que é a IGRÉ, o que que o nosso grupo de entidades ambientais está fazendo  
726 nesse órgão. Nós temos realizado e temos a intenção de continuar trabalhando  
727 colaborativamente, pena que o Lessa já foi embora, mas ele sabe o que nós trabalhamos juntos  
728 com demais companheiros lá dentro da câmara durante dois anos, lembrando que a própria  
729 câmara nomeou lá uma comissão paritária entre entidades ambientalista e os representantes do  
730 agro negócio e nós elaboramos ali um trabalho conjunto com excelente produto final que foi o  
731 zoneamento que hoje está sendo utilizado como norma, como documento base aqui. Então como  
732 lhe disse secretária é muito mais um desabafo e uma busca de norte para nós aqui. Eu não  
733 gostaria de ver reeditado neste plenário o terror que foi, por exemplo, a votação do primeiro  
734 zoneamento há dois anos atrás. Nós estamos aqui para colaborar, para ajudar, para trazer nossa  
735 experiência acadêmica tanto eu como todos os demais para ajudar a secretaria e o CONSEMA a  
736 encontrar o rumo certo para suas decisões. Perdoe o desabafo pessoal, mas é assim que eu me  
737 sinto. Muito obrigado. **Jussara Cony**: mais alguém? Depois eu lhe dou alguns informes professor  
738 Buckup que acho que são importantes sobre política da secretaria sobre a política do zoneamento  
739 ecológico econômico e os avanços que nós estamos tendo. – Paulo Brack. **Sr. Paulo Brack**: eu  
740 lamento também a reunião passada eu acho que o CONSEMA falhou em não ter oportunizado no  
741 mínimo um debate porque eu fiquei um dia inteiro encima daquele parecer e aqui eu li meu  
742 parecer e houve uma defesa de parte da secretaria de que teria que ser aprovado mas não  
743 entraram em nenhum mérito do que eu tinha levantado e aí quando eu solicitei um debate o  
744 presidente falou: não o senhor já falou vamos colocar em votação. Então eu me senti assim  
745 também muito humilhado, porque até não me lembro de ser tratado dessa maneira, de maneira  
746 que eu considero sem respeito aquele trabalho que eu fiz porque eu acho que não é somente vir  
747 aqui e ler um parecer eu acho que as questões tem que ser discutidas; a municipalização ela  
748 precisa também ser rediscutida. Então é só isso, também não vou falar muito mais sobre isso, eu  
749 acho que o CONSEMA tem que avançar dar mais espaço para esses debates. Eu tinha avisos pode  
750 ser agora ou eu espero? - Então, amanhã às 18h na Assembléia Legislativa na sala do Fórum  
751 Democrático será lançado, e aí ficam convidados todos, secretária e demais membros, o Fórum  
752 Gaúcho de Defesa Florestal junto com outras entidades: greenpeace; SOS mata atlântica; Via  
753 Campesina; MPA, enfim uma série de entidades OAB, uma série de entidades que fazem parte do  
754 comitê Brasil em Defesa das Florestas e desenvolvimento sustentável irá criar aqui no Rio Grande  
755 do Sul o Comitê Estadual em Defesa das Florestas e Desenvolvimento Sustentável que vai discutir  
756 levar adiante toda a questão ligada ao código florestal e que existe um bom debate no Senado  
757 para que muitas questões que tinham sido aprovado na câmara venham a ser rediscutidas e que  
758 a sociedade possa ser escutada, então amanhã na Assembléia fica o convite a todos para o  
759 Lançamento do Comitê Estadual em Defesa das Florestas e Desenvolvimento Sustentável. Em  
760 relação a questão do Litoral eu lá no biociência do meu departamento e no meu instituto nós  
761 faremos uma reunião no dia 18 já deixem agendado, nós faremos um convite oficial pela Direção  
762 do Biociências para uma discussão no dia 18 de novembro, sexta-feira pela tarde sobre a questão  
763 da biodiversidade do litoral norte e inclusive regatando um trabalho muito bem feito pelos  
764 técnicos, perito, biólogos em relação ao litoral norte para a gente resgatar questões importantes  
765 das áreas prioritárias para conservação do litoral. Então o Ministério Público Estadual através da  
766 equipe técnica, aqui a FEPAM e todas entidades para essa discussão para gente dar continuidade  
767 para que essas notícias de jornal enfim não fiquem aí e gente fique o que vamos fazer. Então a  
768 gente quer propor um debate para avançarmos, definirmos pelo menos o ponto vista da

769 universidade pode contribuir em relação ao este tema. Então nós faremos nessa semana agora  
770 esse convite a todas as entidades. Obrigado. **Jussara Cony**: obrigada conselheiro, mais alguém?  
771 : Lisiane, Stumpf e depois a... **Sra. Lisiane Becker**: primeiramente eu gostaria de sugerir que  
772 esses pareceres que são apresentados aqui, antes de serem votados, não sei como é que a gente  
773 pode fazer dentro do regimento se existe algum impeditivo. Mas quando é pedido vistas como é o  
774 caso do Paulo Brack entre outros é apresentado aqui e ao invés de ser discutido aqui que ele  
775 retornasse para a câmara técnica, acho que é muito importante para a câmara técnica saber onde  
776 estão as falhas até aprimorar o trabalho da câmara técnica. Tem coisas que as vezes passam  
777 batidas, eu acho interessante que esse parecer voltasse antes para nós na câmara técnica e  
778 depois viesse para o plenário, não sei qual é a viabilidade disso. E a segunda coisa queria  
779 convidar a Andréia que é secretária de meio ambiente de Ivoti para vir aqui na frente para falar  
780 sobre o centro de educação ambiental que foi também uma contribuição da Mira Serra com a  
781 SEMA. **Sra. Andréia**: Obrigada, Lisiane. Não havia necessidade. Agradeço a todos pelo espaço,  
782 represento a FAMURS na câmara técnica de gestão compartilhada e também vou representar aqui  
783 a FAMURS, porém não veio ainda o ofício e sou presidente do Conselho de dirigentes do meio  
784 ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Convido também a secretária, a secretária já havia  
785 falado que nós queremos firmar a parceria com o governo do Estado com a Fundação  
786 Zoobotânica. Nós criamos no município de Ivoti o centro de educação ambiental do município de  
787 Ivoti o CEAMI com grandes parceiras e com grandes entidades envolvidas; é um centro ambiental  
788 multidisciplinar e informal que já conta com recursos diários, ou seja, de visitaçã, grupo técnico,  
789 monitores, enfim, com sala didática material didática doada através da ONG Mira Serra, temos a  
790 pareceria da universidade FEEVALE, estamos firmando parceria com universidade federal a UFRGS  
791 bem como a Unisinos também e a fundação zoobotânica também já entramos em contato e  
792 entramos em contado aqui com a SEMA. Então gostaria de deixar o convite para que vocês  
793 conheçam esse espaço maravilhoso é um espaço está aberto a todos para realização de oficinas,  
794 utilização do espaço, visitaçã é mais um lugar em prol ao meio ambiente voltado exclusivamente  
795 a preservação ambiental e informal. Formalmente nós temos hoje muitos locais, porém informal  
796 nós contamos aqui com um projeto muito bacana que é os cumpridores de pena que a juíza do  
797 nosso município nos envia, essas pessoas são qualificadas através de oficinas para que elas sejam  
798 reintroduzidas no ambiente normal, novamente. Então, não vou me demorar muito sei que o  
799 prazo é curto, mas convido a todos a vocês temo site aqui do CEAMI e convido a todos vocês  
800 conhecerem o município de Ivoti através desse local e agradeço a ONG Mira Serra, agradeço ao  
801 governo do Estado aqui a SEMA, a Fundação Zoobotânica que também é nossa parceira, a  
802 FAMURS, a FEPAM, todos que vão fazer parte desse projeto aqui. Muito obrigada. **Jussara Cony**:  
803 nós vamos trabalhar aqui em duas questões que depois podemos aprofundar que se relaciona ao  
804 viveiro e a horta, a horta na perspectiva de horto medicinal também e o viveiro também, vocês  
805 estão trabalhando com espécies nativas gerais então procurar introduzir, as medicinais já  
806 tínhamos conversado a respeito. Obrigada. – quem mais? Primeiro o Stumpf, depois o CREA,  
807 depois AGAPAM e depois a FEPAM. **Sr. Eduardo Stumpf**: eu recebi através do fórum gaúcho do  
808 comitê que reúne as diretorias dos comitês de todo o Rio Grande do Sul um convite para  
809 participar de 28 a 30 de 26 a 28 vai ter o congresso de RPPN na Assembléia Legislativa, uma  
810 promoção da Assembléia, da SEMA, e da Associação Charrua que é uma Associação aqui do RS da  
811 RPPN. Então gostaria de só lembrar desse evento que parece ser bastante importante. **Jussara**  
812 **Cony**: obrigada, conselheiro. Próximo é? CREA. **Sr. José Homero Finamor**: só queria fazer uma  
813 correção, professor Backup que não foram só as entidades ambientalistas que votaram contra a  
814 aprovação da qualificação de Xangri-lá, eu também. O CREA não é entidade ambientalista e votei  
815 contra, até porque eu li com atenção o parecer do professor Paulo Brack acho que tem bastante  
816 fundamento e a própria análise que foi feito pela FEPAM tinha muito **ininteligível** a serem

817 corrigidos no plano de Xangri-lá e acho que não era o momento de nós termos aprovado aquela  
818 municipalização. Então a área do litoral eu conheço bastante, eu fiz estação de tratamento de  
819 esgoto de duas cidades grandes do litoral e acho que a gente tem que ter muito cuidado com  
820 aquela região. **Jussara Cony**: AGAPAM. **Sr. Francisco Milanez**: eu quero aproveitar a questão  
821 que foi colocada aqui porque a AGAPAM acompanha o CONSEMA desde a sua criação e esse ano  
822 que nós estamos completando 40 anos de existência, a gente acompanhou inclusive a mudança  
823 que ocorreu com a constituição de 88 e a participação da sociedade onde grande parte da luta  
824 que era conhecida pela rua, passou a ser dentro dos conselhos através de participação e a  
825 AGAPAM tem feito isso desde essa época, mas que nos leva constantemente e frequentemente a  
826 questionar esse trabalho. Trabalho que é o mais importante, talvez, para o país, para nossa  
827 população e para o meio ambiente, mas é o trabalho que nos colhemos menos fruto no sentido  
828 de que ele é um trabalho escondido só sabe quem participa aqui. E nesses últimos anos, eu  
829 espero que isso não se aplique agora nesse governo, tem sido completamente desrespeitado aqui  
830 dentro do CONSEMA a ponto que a AGAPAM varias vezes se questionou se retirar do Conselho  
831 estadual. Por quê? Porque nós somos uma minoria o que já é por si só um desequilíbrio, as  
832 entidades ambientalistas deveriam ser no mínimo um terço (1/3) do CONSEMA para ser razoável  
833 e isso não é suficiente na medida em que governo sendo 1/3 e entidades empresariais outra  
834 quantia, os governo normalmente costumam escorregar muitas vezes do lado das entidades  
835 empresariais. Então na verdade no conselho do meio ambiente nossa opinião as entidades  
836 ambientalistas deveriam ser a metade e eu queria somar isso ao trabalho do Paulo, do Buckup e  
837 da frustração deles porque não acho que é possível nem aqui nem no CONAMA, nós já  
838 participamos do CONAMA, o Paulo agora está vivenciando isso, não pode haver uma alegação  
839 feita com seriedade embasada por um conselheiro que não seja respondida isso é de um  
840 desrespeito e de uma anulação em um conselho, nós não estamos aqui formalmente para debater  
841 votos se for para votos as entidades ambientalistas se retiram, perde totalmente a legitimidade de  
842 um conselho que não tem. Se for por votos, nós somos minorias, nós perdemos sempre. Então  
843 não é isso, ou nós somos ouvidos ou não podemos participar daqui. E eu peço esse entendimento  
844 porque muito bem o senhor Buckup falou aqui, eu queria acrescentar uma outra coisa que eu  
845 gostaria que os conselheiros ouvissem: todos e muito legitimamente estão representando  
846 interesses, é para isso que os conselheiros existem. Os interesses das entidades ambientalistas  
847 são os mais difusos de todos. Nós não temos nenhum interesse em complicar a vida de ninguém,  
848 nós não defendemos nenhum ganha pão, portanto nós temos que ser a opinião mais respeitada,  
849 porque é uma opinião que está defendendo a cidadania como um todo. Então isso eu queria  
850 colocar porque eu acho que há espaço já está havendo essa discussão e eu queria pedir a  
851 reflexão dos colegas desse conselho para entender a nossa função aqui que não é de complicar  
852 nem de marcar oposição é sim de construir uma coisa muito boa inclusive, até porque todos os  
853 profissionais que estão aqui e trabalham com o meio ambiente, só o fazem porque nos 40 anos  
854 de luta ambientalistas que eu me referi a pouco foi criado o órgão ambiental que eu tive a honra  
855 de trabalhar aqui no órgão estadual, grandes colegas tive aqui, tenho muito orgulho desse órgão.  
856 Foi criado a pesquisa, na própria universidade federal, pioneira. Foram criados os órgãos  
857 ambientais e todos os outros em cima dessa luta, quer dizer todos nós aqui de alguma forma  
858 devemos a própria luta ambiental, os nossos trabalhos. **Jussara Cony**: obrigada, conselheiro. É a  
859 FEPAM agora. **Sr. Marcos Calvete**: primeiro fazer esclarecimento ao componente da IGRÉ que  
860 havia feito um questionamento a respeito da portaria da captura de fauna. Aquilo onde consta  
861 que o fiel depositário seria ao museu da Unisinos, aquilo consta como modelo que está anexo a  
862 Portaria, tanto que no cabeçalho do modelo consta XXX não tem numero específico, ou seja, está  
863 caracterizado como um modelo, consta no corpo que o fiel depositário vai ser indicado por  
864 ocasião do **ininteligível** é assim que consta nos termos de referencia, esse é o procedimento,

865 então só para esclarecer essa questão. Em relação as questões que foram apontados dos  
866 licenciamentos do litoral, apenas fazer um esclarecimento que a gente aqui na sede, eu tenho  
867 nomeado nas ultimas semanas equipes para análise **ininteligível** na região do litoral, tem sido uma  
868 por semana, a sede tem elaborado pareceres para orientar esse processo e reforçar a importância  
869 do zoneamento que foi um instrumento criado para orientar esses processos. Então a gente está  
870 acompanhando atentamente os desdobramentos e assim prosequiremos, tenho certeza que a  
871 secretaria vai tocar nesta questão então não vou me prolongar. **Jussara Cony**: mais alguém?  
872 Então eu vou rapidamente fazer algumas colocações, porque nós damos qualidade ao Conselho  
873 quando estabelecemos debates, mesmo com posições contrárias. Eu sempre acho que a historia é  
874 nossa aliada quando nós estabelecemos debates e eu acho que os debates devem ser sempre  
875 situados no seu tempo histórico. Por assim compreender e aí acho que o professor Backup, a  
876 todos, as em especial o senhor com o qual eu aprendi muito lá no nosso velho e sempre dinâmico  
877 Julio de Castilhos, fui aluna do professor Backup, tirei dois na primeira prova de biologia, porque  
878 eu fui muito sucinta e ele me ensinou me a dar dois e dizer que eu fui sucinta demais de que a  
879 biologia não era uma ciência exata a biologia era uma ciência da vida e que por tanto não era um  
880 mais um era muito mais. Esse é um dos aprendizados que baliza muitas vezes algumas  
881 colocações que eu faço nesse Conselho, eu acho ao fazer da história nossa aliada nós estaremos  
882 m momento diferenciado nesse país, na busca de um projeto de desenvolvimento com  
883 sustentabilidade ambiental, as mitigações que nós vamos ter que fazer no Estado do Rio Grande  
884 do Sul não são poucas, os senhores sabem, são aliados, são parceiros aqui tem governo, aqui  
885 tem entidades ambientalistas, aqui tem entidade não ambientalistas, mas representativas da  
886 sociedade, aqui tem setores de ciência e tecnologia que dão um aporte fundamental para todos  
887 nós, eu quero situar no tempo histórico para situar em relação mesmo ao litoral norte do Estado  
888 Rio Grande do Sul, ele para mim é fruto não de um projeto de desenvolvimento econômico, social  
889 com sustentabilidade, ele é fruto no tempo histórico o litoral do Rio Grande do Sul e de forma  
890 geral os litorais do nosso país eles estão situados no momento do projeto do neoliberalismo, do  
891 laissez-faire e depois se resolve, fato consumado e absolutamente consumado onde as questões  
892 ambientais não eram consideradas estruturantes, pelo contrário, não é por acaso que nós  
893 encontramos isso aqui desestruturado os senhores sabem disso, o companheiro da AGAPAM que  
894 já trabalho aqui dentro sabe disso, talvez melhor que alguns, porque já trabalhou aqui dentro e  
895 sempre que eu digo isso eu tenho que fazer referencia ao que tu dissesse aos trabalhadores dos  
896 órgãos ambientais: verdadeiros heróis com, inclusive, os seus pareceres técnicos eram  
897 substituídos por ordens e canetaços. Então situando no tempo histórico eu posso dizer  
898 exatamente isso, acho que estamos aqui tentando trabalhar com essa visão republicana, todos  
899 aqui representam as suas entidades, eu não vejo votos diferenciados, eu vejo votos da  
900 representação das suas entidades. Eu não vejo o plenário de quatro entidades ambientalistas  
901 versos o resto. Democraticamente as questões aqui são votadas e são votadas pelo uma maioria.  
902 Havia momentos que nem isso se fazia, pode parecer que era melhor, eu acho que era muito  
903 pior. O preço da democracia da representativa, o preço de toda a luta que o companheiro da  
904 AGAPAM colocou aqui para nós, eu trabalhei mais na área da saúde na construção do SUS na  
905 criação do Conselho, mas nunca deixei de estar também na luta ambientalista nestas conquistas,  
906 né? O CONOMA tem trinta anos é mais antiga que o Conselho Estadual da Saúde e fruto de  
907 resistências, quando dizem que as nossas lei são absolutamente restritivas eu digo que elas foram  
908 as leis construídas em um processo de resistências para que pior não acontecesse que voto em  
909 gestão. Não é fácil fazer gestão quando tu encontra desestruturado e os órgãos ambientais  
910 reconhecidos como estruturantes para o projeto de desenvolvimento, então é uma luta que não é  
911 qualquer coisa. Eu acho que o grande desafio é nós transformarmos a política de governo em  
912 política de Estado, porque aí não me parece que se possa trabalhar nesse momento, pelo menos

913 nessa secretaria, de estarmos todos nos aqui pelo ganha pão eu acho que seria rebaixar o papel  
914 de um Conselho como esse. Nos temos nosso trabalho, nós temos, né, nosso trabalho, nós somos  
915 profissionais, eu mesmo sou funcionária aposentada da Universidade onde dediquei trinta e cinco  
916 anos da minha vida lá, então estou aqui por um ideal, porque eu ajudei a construir esse momento  
917 assim como muita gente que está aqui, assim como nós que estamos aqui. Então acho que é  
918 complicado a gente não pode desqualificar essa representatividade aqui dentro, embora nós  
919 tenhamos muitas vezes posições diferenciadas. Então eu respeito todos os votos, porque é o  
920 momento em nós estamos vivendo muitas vezes a própria co-relação de forças, e acho professor  
921 Buckup que este sentimento pessoal que o senhor trouxe oportunizou em uma bela discussão.  
922 Soberanamente o plenário aprovou aqui que alguns não concordam e tem que manifestar na  
923 concordo, votaram contra etc. Não é por acaso que a gente colocou na carta consulta do governo  
924 Tarso ao Banco Mundial três componentes: zoneamento ecológico econômico, sistema integrado  
925 de licenciamento ambiental e enfrentamento as catástrofes, ganhamos as três do Banco Mundial,  
926 porque é pela primeira vez que o Banco Mundial diz que foi colocado em uma carta consulta para  
927 o projeto de desenvolvimento, componente ambiental. Não é por acaso que nós escolhemos cinco  
928 áreas, pelo dinheiro que vem do Banco Mundial, nós teremos como fazer cinco áreas, agora  
929 estamos caminhando para o macro zoneamento já falei isso aqui, a Ministra quando soube disse  
930 que são os Estados mais do nordeste, do pantanal etc. que está no macro zoneamento, ela disse  
931 que vai incluir o Rio Grande do Sul e já incluiu, vai vir um aporte de recursos que não é muito,  
932 mas para a gente trabalhar já nessa perspectiva. Olha o que nós escolhemos: Litoral Norte, Pólo  
933 Naval, Delta, bacias do Sinos e Bacias do Gravataí, e acho que escolhemos bem já perspectiva  
934 das bacias hidrográficas, essa questão de desenvolvimento territorial. E onde mais um lado está  
935 crescendo e tem possibilidade de crescer e o litoral norte acho que, mais algumas coisas que não  
936 vou estar dizendo aqui para além do que vocês já disseram. Não foi por acaso que nos  
937 escolhemos zoneamento econômico ecológico econômico para todo o nosso litoral. Estamos aí na  
938 luta pelas bacias hidrográficas a litorânea do rio Uruguai, e, aliás, Paulo vou estar dia 21 que é  
939 amanhã, né, eu a Nanci com a Agencia Nacional de Águas, com o Ministério do Meio Ambiente,  
940 com o Ministério Publico Federal em Florianópolis, a gente vai de manhã e volta de noite, porque  
941 o secretário de Florianópolis é difícil de poder se deslocar, então nós vamos lá para tratar da bacia  
942 do Rio Uruguai é domínio da União é compartilhada, então nós vamos estar lá amanhã fazendo  
943 isso. Então nos escolhemos exatamente essas áreas porque são as áreas mais conflagradas, onde  
944 mais cresce e onde cresceu desordenadamente. Acho que há um movimento do pessoal que se  
945 aposenta indo para o litoral, e a questão dos condomínios é isso ela possa por esses e tantos  
946 outros interesses, mas estão aí, é a sociedade que nós temos e que estamos procurando mudar.  
947 Eu sempre quando passo ali, agora faz tempo que eu não passo, porque desde 2006 eu não  
948 consegui tirar férias e nas minhas férias eu consigo passar ali no **ininteligível** quando tiro, tu tens  
949 de um lado um condomínio e de outro lado casebres para não chegar lá adiante, então é a  
950 sociedade que nós vivemos de diferenças gritantes e tal, e o pessoal atravessa aqui ali, com  
951 certeza, para o outro lado para trabalhar nas limpezas etc. tem entradas particulares que saem  
952 nas estradas, então são as questões estabelecidas em uma sociedade de classes com um modo  
953 de produção capitalista e etc.que tem que ser aprofundado mesmo a discussão. Então nós  
954 estamos com a responsabilidade do zoneamento ecológico econômico nesses locais, nessas áreas  
955 e não por acaso nós escolhemos o Litoral Norte. Eu acho que outra coisa que entra aqui também  
956 nesse processo é a qualificação dos municípios, que nós estamos discutindo e que hoje foram  
957 bons exemplos. Então eu só queria dizer essas questões em respeito ao nível da discussão que se  
958 estabeleceu nesta reunião, que acho que o professor Buckup com seu primeiro pronunciamentos  
959 desencadeou, de que nós estamos procurando dirigir este conselho dentro dessa visão:  
960 democrática, republicana e respeitando o voto de cada um. Não é meu papel, não é nosso papel

961 aqui questionar o voto, é nosso papel dirigir, da vistas quando é pedido e acho que estamos  
962 devendo a nós mesmos elevar um pouco mais a discussão das questões de fundo do projeto de  
963 desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. Há vários pedidos aqui, hoje mesmos o Paulo  
964 Brack relembra a questão da Matriz energética. Então acho que é isso, isso que nós vamos  
965 procurar fazer. Os membros do governo que aqui participam têm sido não estou trabalhando com  
966 número, não somos nós que criamos o Conselho nós estamos trabalhando com os números dados  
967 e os senhores podem ter a certeza que os membros do governo, os representantes do governo do  
968 Estado Rio Grande do Sul nesse momento histórico eles estão aqui exatamente na busca de um  
969 projeto de desenvolvimento de sustentabilidade ambiental. Eu não estava na reunião passada,  
970 estava em outra atividade, mas fui informada da qualidade da CIENTEC através do Gallas aqui  
971 contribuindo aqui para uma discussão. Podemos ter posições diferenciadas, mas nessas posições  
972 diferenciadas nós temos que trazer o melhor de nós com qualidade para chegar a conclusão. O  
973 debate sobre a matriz energética, o debate sobre o projeto de desenvolvimento é um debate da  
974 sociedade, hoje nós temos um governo que patrocina esse debate que cria no conselho estadual  
975 de desenvolvimento que não é do governo é da sociedade e que grava esse conselho na sua  
976 amplitude na primeira carta de concertação do conselho desenvolvimento econômico, social com  
977 sustentabilidade ambiental. Então eu acho que é um avanço, é a sociedade que está a dizer isso.  
978 Acho que este conselho tem muito a contribuir, finalizo dizendo isso, nós nos ajudando a  
979 transformar políticas de governo em políticas de Estado, porque nós sairemos daquela coisa:  
980 *muda governo começa tudo de novo*. A gente fica se queixando, a gente não está querendo se  
981 queixar a história cobrará de quem fez ou não fez. Nós vamos procurar fazer melhor e o Conselho  
982 com certeza é um espaço de contribuição para que isso ocorra. Acho que a nossa reunião de hoje  
983 foi uma reunião produtiva, uma reunião que estabeleceu um bom debate e uma reunião que  
984 aquilo que tinha que ser aprovado foi aprovado e o que não foi não foi, para que nós possamos  
985 fazer melhor. A própria Lisiane quando fez a intervenção ao município de Formigueiro, que o  
986 Rafael disse que é da grande Santa Maria, né, não é da grande Cacequi, sim eu sou de Cacequi,  
987 eu vivo brigando com ele e sempre diz que tido é da grande Santa Maria. Eu acho que quando a  
988 Lisiane faz essa reflexão, faz de forma respeitosa em função de nossos biomas e o secretário  
989 entendeu. Isso é democracia, isso é a gente contribuir ativamente para o processo que todos nós  
990 queremos. Com posições divergentes SIM, ainda mais em uma área como essa, mas eu acho que  
991 este conselho ele tem tudo para dar salto de qualidade de que nós podemos contribuir com a  
992 secretaria estaremos fazendo. Eu quero agradecer pela reunião que tivemos hoje e pedir,  
993 publicamente, desculpas se em algum momento nós tivemos qualquer processo durante todas as  
994 reunião do conselho que possa significar qualquer restrição à manifestação de cada conselheiro.  
995 Tem um convite: nós estamos coordenando as secretarias estaduais e municipais de meio  
996 ambiente, elas são as coordenadoras da Câmara Regional de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
997 da Copa, por tanto é o secretário Záchia e eu que coordenamos, mas temos uma câmara regional  
998 que está trabalhando junto e de acordo com estilos e ações para a nossa copa levando em  
999 consideração o Rio Grande do Sul com várias comissões temáticas, então dentro da programação  
1000 nos vamos dia 31 de outubro de 2011, às 14h, no plenário da Assembléia Legislativa fazer o  
1001 lançamento do relatório de projetos da câmara regional de meio ambiente e sustentabilidade.  
1002 Agente iniciou esse ano essa câmara, esse trabalho conjunto, já estamos com a possibilidade de  
1003 fazer esse relatório e isso por conta da amplitude que estamos dando a essa comissão temática  
1004 desde a participação dos assentados que tem um papel importante dos movimentos sociais, não  
1005 participa que não quer até a FIERGS, FARSUL a FETAG todos os setores estão participando e  
1006 dando uma enorme contribuição. Então eu quero convidar a todos, o Rafa coordena também,  
1007 além de ser nosso secretário executivo, e gostaria muito de contar com a presença do CONSEMA  
1008 nesse processo. Obrigada e um bom resto de tarde para todos!

1009  
1010  
1011  
1012  
1013  
1014  
1015  
1016  
1017  
1018  
1019  
1020  
1021  
1022  
1023  
1024  
1025  
1026  
1027  
1028  
1029  
1030  
1031  
1032  
1033  
1034  
1035  
1036  
1037  
1038  
1039  
1040  
1041  
1042  
1043  
1044  
1045  
1046  
1047  
1048  
1049  
1050  
1051  
1052  
1053  
1054  
1055  
1056

---

**Jussara Rosa Cony**  
Secretária de Estado do Meio Ambiente  
Presidente do CONSEMA

---

**Itabajara Vaz**  
Centro de Biotecnologia do Estado

---

**Torvaldo Marzolla**  
FIERGS

---

**Ludwig Buckup**  
IGRE

---

**Ivo Lessa**  
FARSUL

---

**Marcos Calvete**  
FEPAM

---

**Paulo Brack**  
INGÁ

---

**Rogério Fialho**  
SEPLAG

---

**Paulo José Gallas**  
SCIT

1057  
1058  
1059  
1060  
1061  
1062  
1063  
1064  
1065  
1066  
1067  
1068  
1069  
1070  
1071  
1072  
1073  
1074  
1075  
1076  
1077  
1078  
1079  
1080  
1081  
1082  
1083  
1084  
1085  
1086  
1087  
1088  
1089  
1090  
1091  
1092  
1093  
1094  
1095  
1096  
1097  
1098  
1099  
1100  
1101  
1102  
1103  
1104

---

**Fernando Hartmann**  
SERGS

---

**Andréa F. Enzweiler**  
FAMURS

---

**Paulino Olívio Donatti**  
FETAG

---

**Ana Lucia Cruz**  
SINDIÁGUA

---

**Lisiane Becker**  
MIRA-SERRA

---

**Joarez Venço**  
Fecomércio

---

**Mariana Bonelli**  
SDPI

---

**Alberto Nierderauer Becker**  
SSP

---

**Sergio Roberto Soares Negua**  
SEINFRA

---

**Eduardo Osório Stumpf**  
Comitê de Bacias Hidrográficas

1105  
1106  
1107  
1108  
1109  
1110  
1111  
1112  
1113

---

**Francisco Milanez**  
AGAPAN

---

**José Homero Finamor Pinto**  
CREA